



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 969/2024  
VOTO DO RELATOR

**1. RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Exmos. Vereadores Professora Marli; Cida Falabella; Marcela Trópia; Pedro Patrus que *Dispõe sobre a realização do Carnaval no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 969/2024.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

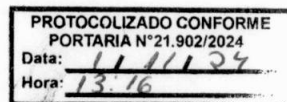
**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 969/2024, em suma, reconhece o carnaval de Belo Horizonte como uma importante manifestação cultural e popular, bem como estabelece diretrizes para sua organização e o apoio pelo Poder Público.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

**2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.



VEREADOR  
**Irlan Melo**

Gabinete do Vereador Irlan Melo.Avenida  
dos Andradas, 3100, Gab: 303B  
Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3555 1153  
E-mail: ver.irlanmelo@cmbh.mg.gov.br



Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 969/2024 encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I, da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Não se evidencia, ainda, vício quanto à iniciativa no projeto em apreço, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007)

Frente ao exposto, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 969/2024.

## 2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço



normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito

Quanto ao Projeto de Lei nº 969/2024, não se evidencia conflito com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH – e com as demais legislações infraconstitucionais.

Nestes termos, concluo pela legalidade do Projeto de Lei nº 969/2024.

### 2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 969/2024, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 969/2024.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2024

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:92360769  
634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2024.10.31  
15:17:41 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
REPUBLICANOS

VEREADOR  
**irlanMelo**

Gabinete do Vereador Irlan Melo.Avenida  
dos Andradas, 3100, Gab: 303B  
Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3555 1153  
E-mail: ver.irlanmelo@cmbh.mg.gov.br